

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete do Vereador Aderaldo Pinto

Gabinete nº 45 – Terceiro Andar

PROJETO DE LEI Nº / 2014.

Ementa: Dispõe sobre a divulgação de informações sobre Aleitamento Materno e Postos de Coleta de Leite Materno na Cidade do Recife, e dá outras providências.

- **Art.** 1º Torna obrigatória a divulgação dos dez passos para o sucesso do aleitamento materno recomendados pela OMS/UNICEF, dos procedimentos para doação de leite materno e sobre os Postos de Coleta situados no Município por todas as maternidades, hospitais com atendimento ginecológico e ou obstétrico, ambulatórios e clínicas de ginecologia e pediatria, públicas e privadas, do Município do Recife.
- **Art. 2º** A informação deverá ser exposta em local e tamanho de fácil visualização, contendo endereço, telefone, e-mail e horário de atendimento de cada unidade que faz o recolhimento de leite materno;
- **Art. 3º** Materiais impressos deverão ser disponibilizados para gestantes e parturientes, com os dez passos:
 - a) Passo1: Ter uma norma escrita sobre aleitamento materno na instituição de cuidados de saúde, que deve ser rotineiramente transmitida a toda a equipa;
 - Passo 2: Treinar toda a equipa de cuidados de saúde, capacitando-a para implementar essa norma junto das gestantes;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete do Vereador Aderaldo Pinto

Gabinete nº 45 - Terceiro Andar

- c) Passo 3: Informar todas as gestantes sobre as vantagens e os procedimentos de amamentação;
- d) Passo 4: Ajudar a mãe a iniciar a amamentação na primeira meia hora após o parto;
- e) Passo 5: Mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas de seus filhos;
- f) Passo 6: Não dar ao recém-nascido nenhum outro alimento ou bebida além do leite materno, a não ser que haja indicação clínica em contrário;
- g) Passo 7: Praticar o alojamento conjunto permitir que mães e bebês permaneçam juntos 24 horas por dia;
- h) Passo 8: Encorajar a amamentação sob livre vontade do bebê;
- i) Passo 9: Não dar bicos artificiais ou chupetas a crianças amamentadas; e
- j) Passo10: Encorajar o estabelecimento de grupos de apoio à amamentação, para onde as mães devem ser encaminhadas após a alta hospitalar.
- **Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias após sua publicação.
- **Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, da Câmara Municipal do Recife, em 22 de setembro de 2014.

ADERALDO PINTO



Gabinete nº 45 – Terceiro Andar

VEREADOR

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a propositura da presente lei em razão da amamentação ser um dos primeiros direitos da criança. Ela protege contra infecções e alergias, além de favorecer o crescimento e o desenvolvimento adequado do bebê. Promover, proteger e incentivar o direito ao aleitamento materno deve ser uma das prioridades nas políticas públicas direcionadas à qualidade de vida da criança e do adolescente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o bebê receba aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade. A OMS sugere ainda o uso do leite como complemento pelo menos até os dois anos de idade.

Com a amamentação, a mãe se protege de doenças como o câncer de ovário e de mama e evita obesidade pós-parto. Além disso, a economia da família também é favorecida, já que a única alimentação da criança até os seis meses é o leite materno.

Apesar de as taxas de aleitamento materno no Brasil crescerem continuamente a cada ano, os valores observados no país ainda são considerados baixos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a última pesquisa do Ministério da Saúde de 2009, 41% das crianças menores de seis meses recebem exclusivamente leite materno e 67,7 % mamam na primeira hora de vida.

Diante dos cenários apresentados, este projeto de lei objetiva conscientizar as mães e aumentar o aleitamento materno em nossa cidade. Portanto, peço o apoio dos meus pares para a aprovação desta propositura.



Gabinete do Vereador Aderaldo Pinto Gabinete nº 45 – Terceiro Andar

ADERALDO PINTO VEREADOR